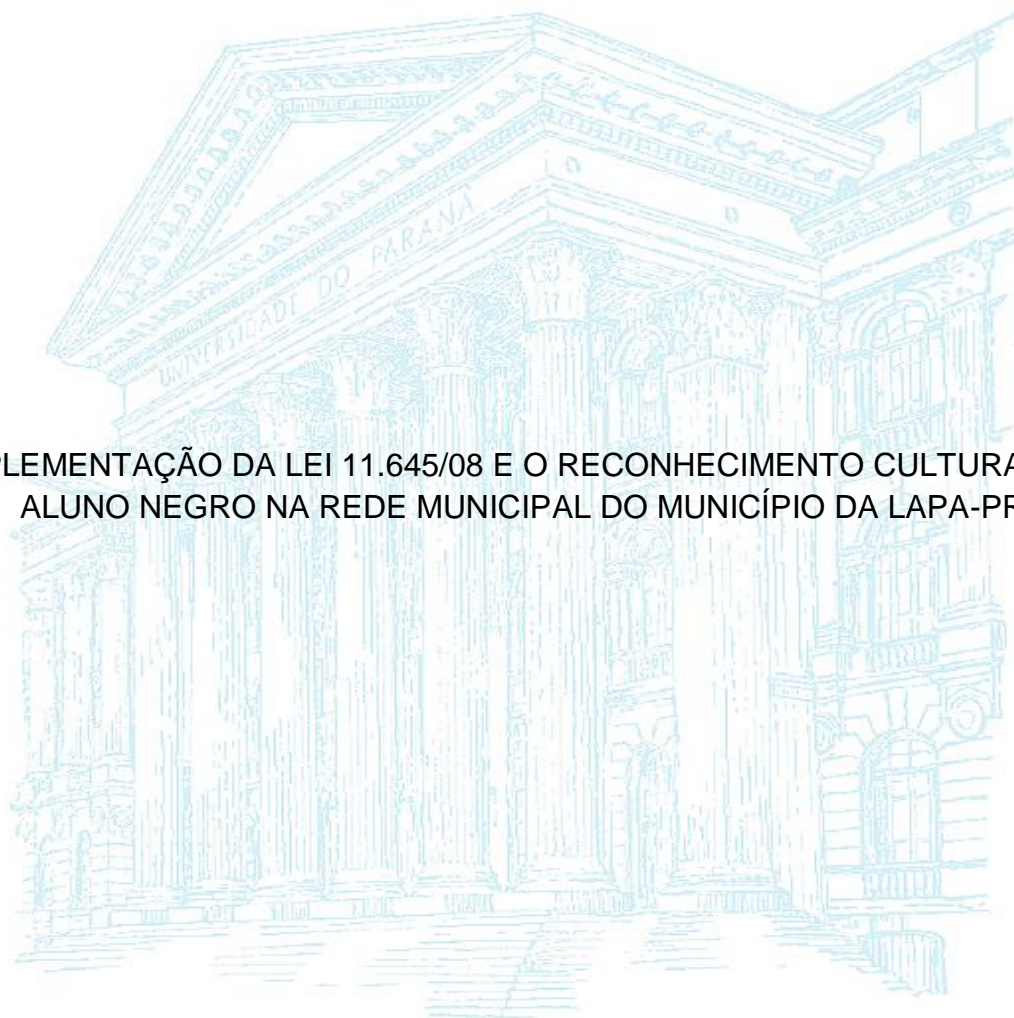


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ERICA APARECIDA VIEIRA GEPERT

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 E O RECONHECIMENTO CULTURAL DO
ALUNO NEGRO NA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA LAPA-PR



LAPA

2016

ERICA APARECIDA VIEIRA GEPERT

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 E O RECONHECIMENTO CULTURAL DO
ALUNO NEGRO NA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA LAPA-PR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof^a. Thayz Conceição Cunha de Athayde

LAPA

2016

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 E O RECONHECIMENTO CULTURAL DO ALUNO NEGRO NA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA LAPA- PR

Erica Aparecida Vieira Gepert; Orientador: Prof.^a Thayz Conceição Cunha de Athayde

¹Pedagoga, Acadêmica do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, UFPR; e-mail: erigepert@gmail.com

². Possui graduação em Psicologia - Faculdades Integradas do Brasil (2012) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2015). É doutoranda em Educação pela UERJ e pesquisadora do GENI – Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e/m Interseccionalidades na escola. E-mail: thayzathayde@gmail.com

RESUMO

Este estudo trata das reflexões que se referem ao/a aluno/a negro/a e as questões curriculares que envolvem o ensino das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e africana na escola. O estudo foi embasado pela realização de uma pesquisa de campo, que foi realizada na Escola Municipal “Prof. David da Silva Carneiro” localizada no município da Lapa-Pr. O objetivo geral consistiu em Identificar desafios e perspectivas da Lei nº 11.645/08 em uma escola da rede municipal de ensino da Lapa-PR. Apoiada em documentos referenciais da educação brasileira como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana buscou-se entender as perspectivas da inserção social da criança negra na escola, fazendo um elo entre aspectos presentes na Lei 11.645/08, com o cotidiano vivenciado na escola nos anos iniciais do ensino fundamental, tanto na ótica do currículo quanto na prática que engendra o cotidiano do aluno negro e a valorização da sua cultura.

Palavras-chave: Lei nº 11.645/08; Cultura Afro-brasileira e Africana; Currículo.

ABSTRACT

The purpose of this study was aimed at presenting reflections referring to Afro-descendant students and curriculum issues surrounding the teaching of ethnic-racial relations and african-Brazilian and African culture in school. The study was based for conducting a field survey, which was held at the Municipal School "Prof. David da Silva Carneiro" located in the municipality of Lapa-Pr. The general objective was to identify challenges and perspectives of Law No. 11,645 / 08 in a school municipal

schools in the Lapa-PR. Supported by reference documents of Brazilian education as the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and the National Curriculum Guidelines for the Education of ethnic-racial relations and for the teaching of history and african-Brazilian and African culture sought to-understand prospects for social integration of black children in school, making a link between aspects in Law 11,645 / 08, with the daily experienced at school in the early years of elementary school, both from the viewpoint of the curriculum and in practice that engenders everyday black student and appreciation of their culture.

Keywords: Law No. 11,645 / 08; Afro-Brazilian culture and African; Curriculum.

INTRODUÇÃO

Concomitante a tantos projetos de inserções sociais ocorridas no mundo e no Brasil, o contexto educacional também tenta se inserir nessa pauta. Novos perfis de alunos, novas demandas e leis que regem a educação, pensando na adaptação aos paradigmas vigentes e, também a requisição de novas formas do trabalho pedagógico multidisciplinar na educação básica.

Pode-se dizer que um dos significativos avanços que a escola atual presencia é a permanente reflexão acerca das questões de gênero e diversidade, inclusive no que se refere à estudantes negros e as questões curriculares que envolvem o ensino das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e africana.

De uma forma geral, tais leis poderiam ensaiar debates importantes no que diz respeito ao ensino das pessoas negras, superando a visão desqualificante, eurocêntrica e permeada por preconceitos que acabam por desfocar a realidade e pluralidade de suas riquezas visíveis em aspectos como as práticas religiosas, culturais, étnicas, etc. e que por muitas vezes, acabam por desvalorizar o/a aluno/a negro/a na escola.

Partindo desta perspectiva de reflexão acerca do ensino da cultura-afro, o presente estudo tem como foco principal refletir sobre a inserção social da criança negra na escola, fazendo um elo entre aspectos presentes na Lei 11.645/08, com o cotidiano vivenciado na escola nos anos iniciais do ensino fundamental, tanto na ótica do currículo quanto na prática que engendra o cotidiano do/a aluno/a negro/a e a valorização da sua cultura.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar desafios e perspectivas da Lei nº 11.645/08 em uma escola da rede municipal de ensino da Lapa-PR.

Objetivos específicos

Contextualizar conceitos e legislação acerca do ensino da cultura afro-brasileira e africana nos anos iniciais do ensino fundamental;

Identificar novas perspectivas do ensino da cultura afro-brasileira e africana;

Identificar se o conteúdo da Lei 11.645/08 vem sendo trabalhado na referida escola;

Constatar a existência de projetos voltados à criança negra no ambiente escolar no município da Lapa-Pr.

METODOLOGIA

O parâmetro metodológico utilizado para este estudo foi embasado na realização de uma pesquisa de campo, precedida pela revisão bibliográfica, entendida por Lakatos e Marconi (2010, p.44) como “o primeiro passo de toda pesquisa científica”, compreendendo, portanto, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. (Andre-Egg, 1978:28 apud Lakatos e Marconi, 2010, p.43)

Neste sentido, a revisão literária permite “meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.44).

Tendo em vista que todo tipo de pesquisa científica requer levantamento de dados de variadas fontes, além dos dados obtidos por revisão bibliográfica, neste estudo os dados serão obtidos também por pesquisa de campo, a ser realizada na

Escola Municipal Prof. David da Silva Carneiro, e utilizará técnicas de observação direta intensiva (entrevista). (LAKATOS e MARCONI, 2010).

Observação direta intensiva, com as técnicas da Entrevista: “[...] é uma conversação face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador verbalmente, a informação necessária. Tipos: padronizada ou estruturada, despadronizada ou não estruturada e painel”. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.111).

Tal entrevista foi direcionada as professoras e pedagoga da escola, com o objetivo de compreender se há orientação pedagógica do trabalho com a Lei 11.645/08 e sobre o reconhecimento/tratamento do/a aluno/a negro/a na escola.

Aliado a este instrumento de coleta de dados, foi utilizada a análise documental, baseando-se na análise do projeto político-pedagógico da escola e sua proposta curricular, visando identificar o contido sobre a temática do estudo.

Buscou-se a opção de análise qualitativa dos dados, pela qual Oliveira (2007) descreve que não há emprego de dados estatísticos, não tendo a pretensão de numerar ou medir unidades e categorias. Na abordagem qualitativa resulta numa série de leituras sobre um assunto, permitindo ao pesquisador descrever ou relatar o que autores escrevem sobre e a partir disto, estabelecer uma série de correlações, para ao final, elaborar conjecturas e reflexões sobre as questões levantadas ao longo do texto.

A LEI Nº 11.645/08 NA ESCOLA: O TRABALHO PEDAGÓGICO COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O tema da diversidade racial que compõe a realidade social brasileira tornou-se uma questão de destaque. Por meio da análise do contexto histórico e acontecimentos passados torna-se possível observar uma relação entre discriminação apontada por desigualdades entre etnias, culturas, especificidades de cada povo, classes econômicas. Fato este que justifica a presença destes e demais racismos na atualidade, no entanto, é inaceitável que na era da tecnologia e globalização, onde há aceitação de novas maneiras de pensar e agir que vem sendo considerado, esse pensamento racista persista em existir em nossa sociedade.

No entanto, esta realidade ainda é visível, e deste modo, o governo atual e legislação vigente, provenientes da política iniciada no segundo mandato do

Governo Lula e estendida no governo Dilma, apresenta maneiras de educar a sociedade e desencadear um processo de desvinculação da história eurocêntrica, além de entender as questões raciais do Brasil e a importância dela. Conforme afirma o autor:

Abordar a diversidade não é simplesmente conceder mais tempo/espço em sala de aula para aprender a escravidão e emancipação do negro [...] tampouco é tratá-los com o estigma de minorias, haja vista que os negros são quase metade da população. (MELO et al, 2009, p.84)

Ao estabelecer uma análise do percurso histórico da realidade social global dos africanos, torna-se visível constantes invisibilidades sobre este povo no cenário da história. É o que pontua Wagner (2015) ao citar as ideias do filósofo alemão Friedrich Hegel, remotas do século XIX e decorrentes das teorias predominantes do Renascimento, Iluminismo e Revolução Científica e Industrial, pelas quais argumentava-se que a África seria desmerecedora de ser estudada e contada, haja vista que “[...] a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”. (WAGNER, 2015, p. 10)

Desse modo, essa visão eurocêntrica permeou por muito tempo as concepções mundiais, aliada a outros problemas que acarretavam tal situação, tais como:

Ajuizava-se que os instrumentos considerados adequados para a pesquisa da história africana não existiam. Nesse período, havia a concepção de qual o historiador, no exercício de uma atividade científica precisaria empreender uma análise rigorosa de fontes originárias (documentos). Em grande medida, essas fontes deveriam ser as escritas e, para o caso africano, as fontes encontradas foram avaliadas como insuficientes para permitir o estudo da história daquelas sociedades. (WAGNER, 2015, p. 10)

Mas, no decorrer do século XX, a visibilidade sobre a história africana passou a tornar-se interesse de estudiosos, utilizando como instrumentos de coleta de dados “[...] tradição oral, à linguística, à arqueologia, à iconografia [...]” (WAGNER, 2015, p.10), a partir daí, as discussões sobre o povo africano foram sendo abordadas. Sob esta ótica, Wagner (2015, p.11) afirma que “[...] a África não pode ser mais vista apenas pela ótica da escravidão”. O processo escravocrata se faz presente no Brasil e reflete até os dias atuais, gerando invisibilidade de pessoas

negras no Brasil, desigualdade explícita na análise da trajetória histórica de colonização.

Para entendermos os processos de racismos no Brasil e a Lei 11. 645/08 faz-se necessário fazer uma breve análise histórica da população negra no Brasil e os processos de colonização que atravessaram sua história. De acordo com Soares (2014), a ânsia por riquezas e novas terras trouxe portugueses ao Brasil que deram início a sua colonização. Concomitantemente, vieram indivíduos pertencentes a algumas etnias africanas “[...] por sua vez, vieram contra a sua vontade, capturados de sua terra natal e na condição social de escravizados”. (SOARES, 2014, p.10) Sob pena do mesmo sofrimento estavam à margem os povos indígenas, considerados também como africanos, com pertencimentos étnicos, diversidade cultural, social e linguística desconsiderados. Partindo dessa trajetória:

Do encontro conflituoso das três matrizes, das vontades de dominação, do encantamento pela riqueza, das torturas, das violências físicas, simbólicas e psicológicas, do estupro compulsório dos escravizadores contra as escravizadas (negras e indígenas), do esforço de resistência, da saudade da terra natal, das negociações possíveis, dos saberes, costumes e crenças, surgiu material e culturalmente o Brasil e sua população. No processo de exploração a partir de 1500, indígenas e negros foram sistematicamente marginalizados do processo de socialização, ou incluídos de maneira subalterna, segregados a funções e lugares caracterizados pela imobilidade e desprestígio social. (SOARES, 2014, p.30)

Destarte, é possível afirmar que o processo colonização do Brasil foi atravessado por processos de segregação que ressoam no país até hoje. Muito tempo se passou e o povo negro perdurou na escravidão. “Tanto o período imperial quanto o monárquico foram marcados no plano econômico pela manutenção do sistema escravocrata, pelo latifúndio e pela monocultura, e no âmbito social pela desigualdade e pelo patriarcalismo”. (SOARES, 2014, p.30)

Mas, assim como pontua Soares (2014), em decorrência de muita luta, em 13 de maio de 1888 determinou e encerrou a escravidão no Brasil. Embora, ainda na atualidade “[...] a predominância de uma ou outra concepção implica no questionamento dos índices econômicos que evidenciam uma realidade de exclusão social da população negra, ou a perpetuação das desigualdades sócio raciais”. (SOARES, 2014, p.31) Desse modo, vale destacar que:

Precisa, o Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhe seja garantido o direito de

aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe são adversos. E estes, certamente, serão indicadores de qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis. (BRASIL, 2004, p.18)

Pois, segundo Soares (2014) em decorrência de tais concepções, a forma como se constituiu a educação escolar brasileira representa uma problemática. Contudo, pode-se dizer que nos dias atuais reflexões acadêmicas e pesquisas buscam desenvolver análises sociais sobre esta temática, resultando em benefícios tais como leis educacionais voltadas a este grupo étnico, ao entender que a educação como forma de transformação das concepções da sociedade. Dessa forma, revela-se “[...] a Educação para as Relações Étnico-raciais, na busca da desconstrução de representações sociais negativas acerca da população negra e indígena e a construção de um referencial positivo para as populações citadas”. (SOARES, 2014, p.33)

Para reeducar as relações étnico raciais no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e os medos que têm sido gerados. [...] os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas pelos seus antepassados. No entanto, tem a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vem sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. [...] assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (BRASIL, 2004, p.14)

Na análise da história social brasileira, é notório que nosso país constituiu “[...] um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem”. (BRASIL, 2004, p.05) Baseado nesta perspectiva, na busca de um contexto escolar equalizador e igualitário que valorize a importância da diversidade étnica e racial que o Brasil compreende:

O ministério da educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social para todos no sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 2004, p.05)

Tal afirmação torna-se explícita ao considerar as leis que vem sendo desenvolvidas e implementadas nesta esfera, tais como a Lei 10.639/03 a 11.645/08. A questão sobre currículo escolar está mencionada na Lei 9394/96 no artigo 26, e quando se refere à questão étnico-racial apresenta uma base geral, quando comenta que: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (Art. 26; BRASIL, § 4º, 1996)

A partir da sanção da lei 10.639/03 buscou-se incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", concomitante a instituição do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Esta deu lugar à Lei 11.645/08.

A Lei 11.645 foi promulgada em 10 de março de 2008, tratando sobre a alteração da Lei 9394/96 denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que foi modificada pela Lei nº 10.639/2003, estabeleceu a inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena” no currículo oficial da rede de ensino brasileira. Neste caso a redação do art. 26 da LDB, passou a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008)

A REALIDADE ESCOLAR COM A LEI 11.645/08

Os questionamentos englobados na entrevista versaram sobre o entendimento da pedagoga e parcela de professoras de uma escola municipal, acerca da lei 11.645/08 e sua implementação na escola.

Entender concepções que o corpo docente vem compreendendo e desenvolvendo torna-se importante, ao considerar os objetivos almejados pela referida lei e inclusive pela busca da escola as questões de igualdade racial. É o que relata as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no seu conteúdo:

Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação de discriminações e emancipação dos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais. (BRASIL, 2004, p.14)

A indagação inicial consistiu em averiguar o conhecimento referente a lei 11.645/08. Vale ressaltar que uma parcela das entrevistadas não soube responder do que a lei se tratava, salientando que uma pesquisa era necessária. Após revelar o conteúdo da lei, foi possível dar sequência as demais perguntas.

Posteriormente solicitou-se o compartilhamento de informações positivas e negativas acerca da referida lei. Nessa parte do texto, trarei alguns excertos das entrevistas, para que possa fazer algumas conjecturas. Para o professor 1: “Positivos: valorização e conhecimento da cultura étnica e sua contribuição para a sociedade. Negativos: esta lei ainda não foi totalmente compreendida e colocada em prática”. (professor 1)

Na sequência a questão central esteve relacionada à viabilidade de implementação da lei na escola, se ela realmente está sendo aplicada e de que forma. Constatou-se segundo os relatos que esta lei está sendo trabalhada e vem apresentando bons resultados, no que se refere ao alcance dos objetivos dos professores com a aplicação da temática. Constatou-se que a lei está sendo implementada, e isso confirma a sua viabilidade, pois “na medida em que todos são tratados com igualdade e sem distinção. Os conteúdos são integrados com as disciplinas do currículo”. (professor 2)

Professor 3: “esta lei está sendo trabalhada nos livros didáticos, nos debates realizados nas salas de aula e no dia-a-dia”.

Professor 4: “nesta escola sempre há inclusão de pessoas, seja ela negra, indígena, quilombola, que precisa de um atendimento especializado, sempre a integração do aluno na escola interagindo com todos”.

Em referência ao modo que as orientações pedagógicas vêm sendo repassadas ao corpo docente para o trabalho com o conteúdo da lei em foco, foi compreendido que o assunto já foi abordado em reuniões pedagógicas, sendo que “faz parte da proposta curricular, os livros didáticos e outros materiais subsidiam os professores para que seja desenvolvido o tema em sala de aula”. (professor 1). Ao refletir sobre a prática dos professores, vale destacar que:

As dificuldades dos professores começam, de um lado, quando o professor pelo total despreparo não sabe lidar com essa diversidade cultural e finge que a conhece; e do outro, os alunos que não se enquadram nos padrões estabelecidos pelo professor de um “aluno ideal”, então invadem a escola. (BOLFE, 2012)

Sobre a realização de projetos na escola que engendrem a cultura das pessoas negras ou com ênfase ao/a aluno/a negro/a, constatou-se que no momento nenhum tipo de projeto está sendo desenvolvido, haja vista que “[...] nenhum projeto específico, o tema é trabalhado em atividades dentro de uma proposta interdisciplinar”. (professor 1). “É desenvolvido dentro da sala de aula, dependendo do tema e durante todo o ano letivo”. (professor 2)

Diante de algumas narrativas produzidas pelos professores entrevistados, pode-se refletir sobre os racismos dentro nas escolas e sobre um possível projeto pedagógico para discussões sobre as questões raciais. “Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-sociais e raciais, desalienando processos pedagógicos”. (BRASIL, 2004, p.15)

Sobre o último questionamento, pelo qual foi abordada a questão da presença da lei e temática em foco no Projeto político-pedagógico e proposta curricular constatou-se que há menção nos dois documentos.

As questões que envolvem especificamente a Lei 11.645/08 não se encontram de fato registradas nos documentos analisados. Embora o documento date do ano de 2010, as referências sobre a temática incluem a Lei anterior nº

10.639/03 que ainda não tratava como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana o no currículo e sim como diretrizes curriculares.

No projeto político-pedagógico da escola a temática em foco está inserida no capítulo destinado ao ensino da disciplina de História. Na redação, atenta-se ao ensino da história como auxílio para a apropriação da identidade “[...] tomado na relação com o conceito de diversidade cultural, para que se possam compreender os diferentes sujeitos sociais, até então negligenciados pela historiografia recente”. (Projeto Político-Pedagógico Escola “David da Silva Carneiro”, 2010, p.111).

A partir desse pressuposto é que se instaura a importância da educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, que: “Deve levar os educandos a assumirem atitudes, posturas e valores que os preparam para a vida em fraternidade sem barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações”. (Projeto Político-Pedagógico Escola “David da Silva Carneiro” 2010, p.111)

Atenta-se ainda para o reconhecimento da lei 10.639/03 por parte de todos os educadores no sentido de reconhecer a importância da história africana para a compreensão da história do Brasil, pois ambos possuem vários pontos em comum, que muitas vezes os brasileiros desconhecem.

A história do Brasil sem o conhecimento da história africana era uma história unilateral, branca, marcada por concepções eurocêtricas. Para termos uma história brasileira ampla e justa se necessita da inversão na história e na cultura africana, visto que a sociedade brasileira resulta da participação de africanos e afrodescendentes, transmitindo conhecimento material e imaterial para a cultura brasileira. (PPP, 2010, p.114)

Os conteúdos expostos na proposta curricular que está inserida no projeto político-pedagógico e envolvem o tema abordado estão divididos de acordo com cada ano. A escola trabalha com os anos iniciais do ensino fundamental, de 1º ao 5º ano. Foi observado que para o 2º ano não há menção de nenhum conteúdo na área de ensino da história africana e negra.

Ano	Conteúdo
1º	Diferenças individuais culturais do índio e do afrodescendente
2º	Nada consta
3º	Porque os escravos vieram para o Brasil;

	Importância dos afrodescendentes na formação do município da Lapa-PR.
4º	Os negros no mundo dos brancos; Formação de comunidades negras rurais; Guerra contra palmares; Comunidades quilombolas.
5º	Entendimento da história e da cultura africana, visto que a sociedade brasileira é descendente de africanos.

Fonte: PPP, 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o conhecimento obtido acerca da educação das relações étnico-raciais, no que tange o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, foi possível alcançar os objetivos almejados para este estudo, constatando aspectos que permeiam este processo educacional no que diz respeito a suas perspectivas e desafios da implementação da Lei 11.645/08 em uma escola municipal da Lapa-PR.

Pode-se perceber quão complexo é este conteúdo, que engloba raízes históricas de preconceitos, com base numa visão eurocêntrica que desconsidera as especificidades e o valor da comunidade africana e suas ricas contribuições para a sociedade brasileira. Portanto, é preciso que a escola percorra um caminho de evoluções, com vistas a desempenhar novas ideias e impregnando nos alunos a questão de igualdade perante a diversidade, conforme discurso obtido das professoras, pois todos deveriam tratados com igualdade, sem distinção de cor, etnia ou raça. Com as políticas de inclusão de igualdade racial, como a Lei 10.639/03 e 11.645/08, é possível dizer que as discussões sobre os processos de racismos, além dos debates sobre a negação da cultura negra e africana poderiam estar cada vez mais presentes nas escolas. Nas entrevistas feitas para este texto, foi possível perceber certa disponibilidade dos professores para a discussão da igualdade racial.

Neste sentido, seria importante salientar no contexto escolar reflexões sobre práticas pedagógicas voltadas as relações étnico-raciais e, inclusive, pautar na formação continuada de professores os conteúdos destas leis, pois assim como menciona a legislação específica anteriormente citada e demais autores que abordam sobre a temática a sua obrigatoriedade propõe o resgate e reconhecimento

das contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil efetivadas pelo povo negro.

Embora alguns docentes desconheçam o conteúdo da Lei em foco, nota-se que a efetivação do conhecimento sobre a história da cultura afro está presente não somente no currículo em disciplina isolada, inclusive quando é trabalhada a história do município da Lapa, que como cidade histórica, possui uma cultura permeada por interferências e contribuições de tradições das pessoas negras, e inclusive abriga uma comunidade quilombola.

Vale ressaltar que o discurso das professoras congrega a visibilidade sobre a importância desta temática, no entanto as metodologias deste tema e o conhecimento dos alunos mereciam um estudo mais aprofundado, pois conforme declarado existem professores que não tem conhecimento da obrigatoriedade e conteúdo específico da Lei.

Pode-se concluir, portanto, que esta lei está sendo implementada, e isso confirma a sua viabilidade, com conteúdos integrados com as disciplinas do currículo e ainda com o auxílio do conteúdo presente no livro didático que serve como recurso para a prática pedagógica das professoras nesta escola. No momento não existem projetos voltados à valorização da cultura negra.

Contudo, os desafios para sua implementação são poucos conforme relato das professoras, visto que o conteúdo vem sendo trabalhado há bastante tempo. As mudanças então, se fazem presentes na escola, a pensar nas pessoas negras como atores e contribuintes na história do nosso país, e como relatado no Projeto político-pedagógico, é preciso entender que a história brasileira é permeada pela cultura negra.

Vale destacar ainda, que a figura do professor se torna fundamental diante desta perspectiva, pois como mediador ou ponte de informações, transmite os valores que acabam por contribuir na construção da identidade dos alunos e para tanto na valorização desta.

REFERÊNCIAS

BOLFE, Juliana Simões. **Diversidade e inclusão educacional**. Curitiba: Fael, 2012;

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 dez. 1996. Disponível na internet em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 23. set. 2015

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

MARÇAL, José A. SILVA, Rosangela Luís da. [et.al.] In: **As produções acadêmicas sobre o mito da democracia racial e as desigualdades raciais no plano estrutural: conceitos, histórico e análise das ações afirmativas.** Curso EaD de qualificação profissional em educação das relações étnico-raciais 2. UFPR, NEAB,

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 5.reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

LEDESMA, Maria R. K. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010.** Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Projeto Político-pedagógico Escola Municipal “David da Silva Carneiro”. Lapa-PR, 2010.

SOARES, Lucilene Aparecida. **Materiais produzidos pelo ministério da educação para orientar professores na direção de uma educação para as relações Étnico-raciais.** Curitiba, 2014.

WAGNER, Ana Paula. **História das sociedades africanas:** um continente em movimento. In: Curso EaD de qualificação profissional em educação das relações étnico-raciais 2. UFPR, NEAB, 2015.